Roteiro de Atividades Pedagógicas – Abolição e o movimento da indenização

1. Contexto Histórico

No período do movimento abolicionista, coexistiam tanto o contramovimento (setores firmemente escravocratas) quanto aqueles proprietários que até aceitavam a abolição, desde que não sofressem prejuízos financeiros. Na estrutura econômica da época, as pessoas escravizadas eram consideradas propriedades altamente rentáveis: além do seu valor de mercado intrínseco, sua força de trabalho multiplicava as receitas nas lavouras e seus filhos geravam novos trabalhadores. Por esse motivo, as elites agrárias resistiam à emancipação sem que houvesse um ressarcimento financeiro, o que, para elas, significaria uma perda intolerável de capital e poder político.

Desde a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871), era debatida no Parlamento a ideia de uma transição gradual para o trabalho livre baseada em indenizações. Na mentalidade senhorial, não importava quem arcaria com os custos: o ressarcimento poderia vir do próprio Estado (assumindo o valor financeiro fixado para o escravizado) ou da própria pessoa escravizada (obrigada a trabalhar por anos para pagar por sua liberdade).

Nesse cenário de disputas, o Projeto Dantas (1884) — elaborado com o auxílio direto de Rui Barbosa — propôs a libertação dos sexagenários sem indenização aos senhores. Essa proposta causou enorme indignação entre os setores cafeicultores e conservadores, inviabilizando a aprovação do projeto naquele momento. Em resposta, o contramovimento articulou-se politicamente sob a liderança do Conselheiro Saraiva e do Barão de Cotegipe para salvaguardar os interesses da classe proprietária. O resultado foi a aprovação da Lei Saraiva-Cotegipe (1885), popularmente conhecida como Lei dos Sexagenários. Essa legislação estabeleceu uma tabela de valores para os escravizados com preços inflacionados e impôs aos libertos com mais de 60 anos a obrigação de prestar serviços aos ex-senhores por três anos a título de "indenização" pela alforria.

Apesar de todas as manobras para prolongar o sistema, a pressão social e política culminou na assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que extinguiu a escravidão de forma imediata e sem prever qualquer tipo de indenização aos antigos proprietários. Inconformada com as perdas, a classe conservadora continuou pressionando o governo por amparo financeiro através de projetos alternativos, como a criação de um "banco rural" (proposta por João Alfredo) para subsidiar a produção agrícola e o incentivo à importação de mão de obra asiática para substituir os trabalhadores negros. Mais tarde,

em 1901, Rui Barbosa, ocupando o cargo de Ministro da Fazenda, ordenou a queima de todos os livros de matrícula, registros e documentos fiscais que pudessem fundamentar futuros pleitos de indenização por parte dos ex-senhores. Com esse ato, Rui Barbosa buscou impossibilitar juridicamente que o Estado brasileiro um dia reconhecesse seres humanos como propriedades passíveis de indenização.

Os documentos selecionados para esta oficina perpassam as complexas discussões sobre propriedade e indenização no final do século XIX, traçando paralelos com debates contemporâneos e estimulando, por meio das questões propostas, o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos.

Material consultado:

BARBOSA, Rui. A queima dos arquivos. Apresentação de Francisco de Assis Barbosa. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_FranciscodeAssisBarbosa_Apresentacao_livro_RuiBarbosa_queima_arquivos.pdf.

2. Questões com gabarito

Documento 1: Charge sobre os barões do café

- **Notação:** Revista Illustrada (Edição 101) **[COLOCAR REFERÊNCIA COMPLETA]**
- **Resumo do documento:** Charge satírica da *Revista Illustrada* que ironiza os barões do café e proprietários de terras que, logo após a assinatura da Lei Áurea, abandonaram o apoio à Monarquia e declararam-se defensores da República. A crítica focaliza o oportunismo dessa classe social, que passou a apoiar o novo regime não por idealismo político, mas por ressentimento contra o Estado imperial, que aboliu a escravidão sem lhes conceder nenhuma indenização financeira.

Perguntas Gerais:

1. **Qual é o tipo de documento (textual-manuscrito, textual-datilografado, textual-impresso ou imagem) e em qual século ele foi produzido?**
    - **Resposta:** O documento é do tipo imagem (uma charge/caricatura acompanhada de legenda impressa) e foi produzido no século XIX.
2. **Quais são os assuntos abordados no documento?**

- **R:** O documento aborda o apoio repentino dos ex-senhores de escravizados à causa republicana (movimento conhecido como os "republicanos de 14 de maio") e a exigência de indenizações financeiras por parte dessa elite agrária em contraposição à Monarquia abolicionista.

3. **Quem é o autor do documento e qual foi o motivo de sua criação?**
   - **R:** O documento foi criado pelo desenhista e caricaturista Angelo Agostini **[CONFIRMAR]** para a *Revista Illustrada*. O motivo foi ridicularizar e criticar abertamente a hipocrisia e o oportunismo econômico dos proprietários de terras, que fingiam aderir aos ideais republicanos apenas para defender seus interesses financeiros feridos.

Perguntas Específicas:

1. **Na linguagem visual da charge, quem são os homens retratados logo atrás da figura feminina que representa a República?**
   - **R:** Os homens representam os fazendeiros e proprietários escravocratas (a oligarquia cafeeira) que, após a perda de seus escravizados, tentavam aproximar-se e alinhar-se ao movimento republicano em busca de espaço político.
2. **Por que esses homens decidiram apoiar a República justamente após o término da escravidão, abandonando a Monarquia?**
   - **R:** Trata-se de uma resposta analítica. O estudante deve considerar que a elite agrária rompeu com a Monarquia porque se sentiu "traída" pelo Império após a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, que libertou as pessoas escravizadas sem o pagamento de nenhuma indenização aos senhores. Assim, viram na República uma possibilidade de reorganizar suas forças políticas e tentar garantir o ressarcimento de seus interesses econômicos.
3. **Observando a charge, nota-se que a figura da República rejeita a aproximação desses homens. Por que o autor sugeriu que a República deveria manter distância desse grupo?**
   - **R:** A resposta é subjetiva, mas a argumentação do aluno deve ponderar que o projeto ideal da República baseava-se em preceitos de igualdade civil, direitos e cidadania para todos, o que contrastava com o histórico de violência e opressão dos escravocratas. Desse modo, o autor sinaliza que

aceitar os antigos senhores enfraqueceria a legitimidade moral e ética do novo regime.

4. **Explique o que significava, na realidade da época, o pedido de "indenização" exigido por esses fazendeiros e avalie criticamente essa demanda.**
    - **R:** A indenização era a exigência de que o governo pagasse em dinheiro aos fazendeiros pelo valor de mercado das pessoas que haviam sido libertadas, já que a elite via os escravizados como "mercadorias" e propriedades privadas.
    - No aspecto crítico (subjetivo), espera-se que o aluno compreenda a contradição moral da elite agrária da época: os fazendeiros acreditavam ter o direito de receber reparações financeiras pela perda de sua força de trabalho, falhando em perceber que as verdadeiras vítimas do sistema — e as que necessitavam urgentemente de amparo, direitos e reparações históricas e sociais — eram as próprias pessoas que haviam sido escravizadas e desumanizadas por séculos.

Documento 2: Charge sobre a Abolição

- **Notação:** Revista Illustrada (Edição 88) **[COLOCAR REFERÊNCIA COMPLETA]**
- **Resumo do documento:** Ilustração publicada na *Revista Illustrada* (Edição 88) que, fazendo eco ao chamado "Discurso do Trono" da Princesa Isabel em 1888, celebra o fim legal da escravidão no Brasil. O documento enfatiza a urgência de se superarem e "limparem" os séculos de violência do regime servil — que vinha sendo artificialmente estendido por medidas conservadoras, como a Lei Saraiva-Cotegipe. A charge aponta para a necessidade de inaugurar um novo tempo histórico com o engajamento direto das instituições de Estado.

Perguntas Gerais

1. Qual é o tipo de documento (textual - manuscrito, textual - datilografado, textual-impresso ou imagem)? Em qual século foi produzido?

- **R:** O documento é do tipo imagem (uma ilustração/charge acompanhada de legenda impressa) e foi produzido no século XIX.

2. Quais são os assuntos abordados no documento?

- **R:** Os assuntos são a Abolição da escravidão em 1888, a repercussão da fala oficial da Princesa Isabel e a necessidade política e moral de se apagarem os vestígios, as memórias e os efeitos da violência decorrentes de séculos de escravidão no Brasil.

3. **Quem é o autor do documento e qual foi o motivo de sua criação?**
    - **R:** O documento foi elaborado pela equipe da *Revista Illustrada* (sob a liderança de Angelo Agostini) **[CONFIRMAR]**. O motivo de sua criação foi criticar a postura omissa das instituições políticas do Império, cobrando que o Parlamento (Câmara e Senado) — que antes formulava leis para adiar a emancipação — passasse agora a trabalhar ativamente para reparar e apagar o legado vergonhoso da escravocracia.

Perguntas Específicas

1. **Quais são as duas instituições do Poder Legislativo representadas na imagem?**
    - **R:** As duas instituições representadas são a Câmara dos Deputados e o Senado Federal (que compunham o Parlamento Imperial).
2. **A que fato histórico e social se refere a expressão "hedionda mancha" mencionada na legenda do documento?**
    - **R:** A "hedionda mancha" refere-se à instituição da escravidão e a todas as suas sequelas humanitárias, sociais e morais que desonravam a história do país.
3. **De acordo com o contexto histórico estudado, você considera que legislações como a Lei Saraiva-Cotegipe (Lei dos Sexagenários) influenciaram o prolongamento da escravidão? Justifique.**
    - **R:** Trata-se de uma resposta analítica. O estudante deve demonstrar que sim, pois essa legislação funcionou como uma medida paliativa criada pelas elites escravocratas para frear o abolicionismo radical. A lei libertava apenas pessoas escravizadas com mais de 60 anos (uma minoria que já havia sofrido décadas de exploração) e, de forma perversa, ainda as obrigava a trabalhar por mais três anos para os seus antigos senhores a título de indenização, estendendo legalmente o regime servil.

4. **Em sua opinião, o Estado e a sociedade do século XIX conseguiram eliminar os resíduos e as marcas da escravidão após o ano de 1888? Conecte sua resposta com a realidade dos dias atuais.**
    - **R:** Trata-se de uma questão de reflexão crítica e subjetiva. Contudo, a argumentação do estudante deve ser considerada correta se contemplar e interligar os seguintes aspectos históricos e contemporâneos:

      - O pós-Abolição imediato: O fato de que a Lei Áurea apenas declarou a extinção jurídica da escravidão, mas o governo da época não implementou nenhuma política pública de inclusão social, deixando os ex-escravizados sem acesso à terra, moradia, educação ou trabalho assalariado digno;

      - O racismo estrutural: A compreensão de que o preconceito e a discriminação racial contra a população negra na atualidade são heranças diretas do longo processo de desumanização colonial e imperial;

      - As desigualdades sociais: A percepção de que a marginalização econômica e a disparidade social que persistem no Brasil de hoje têm suas raízes fincadas na maneira excludente como a transição para o trabalho livre foi conduzida no século XIX.

Documento 3: Carta de Antônio Carneiro da Rocha a Rui Barbosa

- **Notação:** RB-RBCR 1260/1 (2)
- **Resumo do documento:** Carta manuscrita, datada de 1888, enviada pelo advogado e político Antônio Carneiro da Rocha a Rui Barbosa. No documento, o autor comenta o clima das festividades populares em comemoração à recém-aprovada Abolição da escravidão e analisa os bastidores das articulações políticas promovidas pelos antigos proprietários de terras que pleiteavam indenizações financeiras junto ao governo.

Transcrição do documento:

1.Bahia 25 de Maio de 1888

2. Respond. 4 de junho de 1888

3.Meu caro Ruy,

4.Agora que estão terminadas as festas pela

5.lei de 13 de Maio vou responder as suas duas

6.cartas.

7.As festas por aqui estiverão esplendidadas e
8.forão geraes, sendo impossivel que as d'ahi pas-
9.sem mais enthusiastas.Todos se expandirão
10.o regosijo foi de toda a população, nos tive-
11.mos o praser de ver que os heroés da campanha
12.não forao esquecidos e que o nome do vosso bom
13.amigo e chefe Dantas foi muito victoriado.
14.Sendo a festa de toda a população tornou-
15.se liberal, porque pusemo-nos na frente do
16.movimento, comparecemos a todas ellas e o
17.Diario tornou-se o centro de todas as mani-
18.festações: Nao houve passeiata, club, que nao
19.viesse cumprimentar o Diario, que se achava
20.Interior e exteriormente enfeitado, tendo no seu
21.salao de honra os retratos de Dantas, o seu;
1. o do Couto, Rodolpho, José Bonifácio e de outros
2.tenho lido que o regosijo tem sido mais
3.do que geral, universal, o que me tem entu-
4.siasmado. Conseguimos tudo V**ossa** que foi
5.um dos mais valentes trabalhadores acceite
6.um abraço de companheiro de algumas luctas.
7.Como devem estar confundidos aqueles
8.que ainda tentarão esconder o movimento?
9.Esses afinal declararão que nao se podia
10.mais demorar a aboliçao e agora talvez pre-
11.tendão conseguir que o parlamento vote a
12.indemnisação. O telegrapho annunciou que
13.o Coelho Rodrigues apresentou hoje um projeto
14.indemnisando os senhores. O ministerio
15.aceitará esse projeto ? Na camara e no
16.senado terá alguns votos e até (liberaes?), mas
17.mesmo assim nao creio que passe.
18.(Discerne?) a abolição, que é um facto con-
19.sumado ? da revista.

20.O Rocha Vianna ainda nao passou os
1.autos nao so porque esteve com os seus encom-
2.modos costumeiros, como pediu- me que escre-
3.vesse eu mesmo os autos e fisera um memo-
4.rial bem explicito.
5.Para attendel-o tomei os autos em confian-
6.ça examinei- os folha por folha e organisei
7.um memorial que mandei imprimir para
8.levar-lhe um exemplar e distribui exempla-
9.res pelos outros derem banjadores.
10.Deixo de mandar-lhe alguns por nao esta-
11.rem promptos.
12.Tanto mais aceitei a incubencia de
13. Rocha Vianna quando soube que o Eduardo
14.(Ranes?) que é o advogado de Palhares tambem
15.la organisou memorial
16.Depois do exame dos autos ainda mais
17.me cativei da justiça, que assiste ao Ranes(Eduardo)
18.e creio que no memorial discuti todos os pontos
19.e mostrei para Palhares nenhuma ? tem.
20.Esse heroi tem dado muitos passos e pro
1.curado conquistas e nosso bom amigo Rocha
2.Vianna, mas este nao se tem deixado levar
3.pelos impertinencias de José Lopes e até ?
4.? que estava adormecido e não receberia
5.mais o (Palhares?).
6.O esforço e o ardil d'esse industriaro tem
7.sido tantos que chegou a mandar pelo José Lo-
8.pes perguntar a senhora do Rocha Vianna
9.como este sendo amigo do (Roceiro?) torrnava-
10.se favoravel a uma questao da qual era V.
11.a advogado. A senhora de Rocha Vianna
12.? a intriga e depois refereriu-se ao ma-
13.(rido?), que me reprodusiu indignado.

14.Julgo portanto que Rocha Vianna e to-
15.do a favo do banco e os outros serao ?
16.a questao é justissima e nao vejo pra onde
17.sahir. Pedindo por entrega o memorial ao
18.Rocha Vianna pediu ? pressa no julgamen-
19.to e o que ocorreu me commmunicando a V.
20.Nossas visitas a todos os seus e sempre.
21.O amigo e collega e ?
22.Tonico

Perguntas Gerais

1. **Qual é o tipo de documento (textual-manuscrito, textual-datilografado, textual-impresso ou imagem)? Em qual século foi produzido?**
    - **R:** O documento é do tipo textual-manuscrito e foi produzido no século XIX.
2. **Quais são os assuntos abordados no documento?**
    - **R:** Os assuntos são os festejos públicos em celebração ao movimento abolicionista e as preocupações políticas em torno da organização e pressão dos ex-senhores de escravizados para receberem indenizações fiscais do Estado.
3. **Quem é o autor do documento e qual foi o motivo de sua criação?**
    - **R:** O documento foi escrito por Antônio Carneiro da Rocha. O motivo da carta foi dialogar com Rui Barbosa sobre o cenário político pós-Lei Áurea, relatando como os antigos senhores de escravizados tentavam se articular juridicamente e politicamente para obter reparações financeiras pela perda de sua força de trabalho.

Perguntas Específicas

1. **A carta menciona figuras de destaque da luta emancipatória. Retire do documento os nomes de dois personagens apontados como heróis do movimento abolicionista.**
    - **R:** O estudante poderá citar quaisquer dois dos seguintes nomes presentes no texto: Dantas, Rui Barbosa, José Bonifácio ou Couto.

2. **Em sua opinião, por que as classes conservadoras e os setores contrários à Abolição ficaram atordoados ou "confusos" com a aprovação imediata da Lei Áurea?**
    - **R:** Trata-se de uma resposta analítica e interpretativa. A argumentação do estudante deve ser considerada correta se apontar os seguintes fatores históricos:

      - O choque dessas elites ao verem seus interesses econômicos sumariamente contrariados com o fim súbito do direito de propriedade sobre seres humanos;

      - O temor generalizado de uma suposta "desordem social" ou desorganização no cotidiano produtivo das fazendas;

      - O impacto financeiro severo sobre uma economia agroexportadora que dependia estruturalmente e quase por completo da força de trabalho escravizada.
3. **De acordo com a análise do autor da carta, qual grupo político acabou recebendo o maior "crédito" ou prestígio público pelo desfecho da Abolição: o partido conservador ou o partido liberal? Por quê?**
    - **R:** Segundo o autor da carta, o partido liberal foi o que levou o crédito político principal, pois foi em suas fileiras e por meio de suas bases intelectuais e de imprensa que o movimento abolicionista foi amplamente planejado, defendido e maturado ao longo dos anos, mesmo que a lei final tenha sido assinada sob um gabinete formalmente conservador.
4. **Você considera que a decisão do governo de indenizar ou não os antigos senhores de escravizados era um dilema complexo na época? Explique o seu ponto de vista com base nas disputas políticas daquele período.**
    - **R:** A resposta é de cunho subjetivo e crítico. Espera-se que o estudante compreenda que o tema dividia profundamente a sociedade:

      - Por um lado, os fazendeiros e o partido conservador pressionavam alegando prejuízo financeiro e violação do direito de propriedade garantido por leis anteriores;

      - Por outro lado, os liberais radicais e abolicionistas convictos (como Rui Barbosa) batiam o pé argumentando que o Estado não poderia validar financeiramente a posse de um ser humano sobre o outro, sendo imoral

indenizar os opressores enquanto as verdadeiras vítimas (os escravizados) saíam da escravidão sem qualquer tipo de amparo social.

Documento 4: Carta de Anfriso Fialho a Rui Barbosa

- **Notação:** RB-RBMF 5/7 (457)
- **Resumo do documento:** Carta manuscrita, datada de 1890 (período em que a República já estava instalada no Brasil), escrita por Anfriso Fialho (escritor e ex-deputado pelo Piauí) e endereçada a Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda. Sabendo que Rui Barbosa se opunha à criação de um banco estatal destinado a indenizar ou auxiliar financeiramente os antigos proprietários de escravizados, Fialho escreve para defender o projeto e tentar persuadir o ministro a mudar de opinião.

Transcrição do documento:

1 Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1890
2 Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor Doutor Ruy Barbosa
3 A reflexão que precede o despacho que o Paiz de hoje diz haver
4 Vossa Excelência dado a uma proposta para a fundamentação de um banco encarregado
5 de indennisar os ex-proprietarios dos escravos libertados pela lei de 13 de
6 Maio de 1888,destoa tão completamente da seriedade que caracterisam
7 todos os actos de Vossa Excelência que repugna-me admittir que Vossa Excelência tenha es-
8 cripto semelhante coisa em materia de tanta gravidade, quando seria
9 mais natural, no caso em que Vossa Excelência não concordasse com o pensamento dos
10 proponentes, repellir pura e simplesmente a sua proposta.
11 Acredito, pois, que esse despacho é obra exclusiva de empregados do
12 gabinete.
13 Por outro lado, a promptidão com que foi dado esse despacho,auto? ?
14 ? de realisar-se a entrevista que tive a honra de solicitar de V. Exa, os
15 commentarios por de mais zelosos da redacção do Paiz (unico jornal que deu
16 hoje a noticia) e a curiosidade que um intimo d’essa redacção manifes-
17 tou-me perguntando- me qual é mecanismo do banco projectado: tudo
18 isso autorisa-me a crer que ha entre aquelle despacho e aquella redacção
19 uma certa affinidade.

20 Como quer que seja, na qualidade de um dos signatarios da proposta
21 em questão - a qual ,ao contrario do que se affirma no despacho e nos commen-
22 tarios, não acreditará, no fim das contas, onus algum para o thesouro nacional-
1 eu não posso deixar de exprimir a magoa que me consome este desagra-
2davel incidente e de pedir a V. Exa se digne de aprofundar o mecanismo
3 do nosso projecto, porque estou convencido que, quando o tiver feito, reconhe-
4ra facilmente que elle corresponde a uma necessidade real da socie-
5 dade brasileira e constitui a pratica de um acto de justiça e equidade
6 que contribuirá muito mais para a consolidação da República do que
7 essas explosões de patriotismo da parte de anonymos que, certamente,
8 não podem allegar em favor do pais antecedentes tao bondosos como os
9 signatarios da proposta , entre os quaes 4 contaram antigos officiaes
10 superiores do exercito e da armada nacional.
11 A conveniencia social, a necessidade mesmo, da medida lembrada
12 é tão intuitiva que é minha convicção que a Republica a satisfa-
13 sa mais cedo ou mais tarde, e nao sei mesmo como o seu pri-
14 meiro congresso que deve ter por dever tornal-a amada por todas
15 as classes da sociedade, proverá repellir um bem reclamado
16 por aquelles que mais contribuiram para a prosperidade da nação
17 com applausos unanimes d'aquelles mesmos que hoje condennam
18 uma medida reparadora e que elles com certeza, ainda não entenderam.
19 Eu termino, ? ministro, pedindo se digne de aceitar a expressão de
20 minha respeitosa consideração.
21 ?
22 ?
23 Rua do Ouvidor,47 ? Anfriso Fiallho

Perguntas Gerais

1. **Qual é o tipo de documento (textual-manuscrito, textual-datilografado, textual-impresso ou imagem)? Em qual século foi produzido?**
    - **R:** O documento é do tipo textual-manuscrito (uma carta particular escrita à mão) e foi produzido no século XIX.
2. **Quais são os assuntos abordados no documento?**

- **R:** Os assuntos centrais são a defesa da criação de um banco voltado para indenizar ou amparar financeiramente as elites agrícolas após a Abolição e o claro conflito de posicionamentos entre o autor da carta (que apoia a medida) e Rui Barbosa (que a rejeita veementemente).

3. **Quem é o autor do documento e qual foi o motivo de sua criação?**
    - **R:** O documento foi escrito por Anfriso Fialho. O motivo foi tentar convencer Rui Barbosa, que ocupava o cargo de Ministro da Fazenda do Governo Provisório republicano, a ceder às pressões e aprovar mecanismos financeiros de auxílio aos fazendeiros prejudicados pelo fim da escravidão.

Perguntas Específicas

1. **Com base no contexto histórico do pós-Abolição, por que você acha que Rui Barbosa, na condição de Ministro da Fazenda, não concordava com a criação de um banco para indenizar os antigos proprietários de escravizados?**
    - **R:** Trata-se de uma resposta interpretativa com base histórica. O estudante deve considerar que Rui Barbosa, como um abolicionista histórico e jurista, defendia o princípio moral de que seres humanos jamais deveriam ter sido considerados propriedades. Portanto, para ele, pagar indenizações aos ex-senhores seria legitimar juridicamente a escravidão por parte do novo Estado republicano, além de ser um despropósito financeiro após a aprovação definitiva da Lei Áurea em 1888.
2. **O autor da carta sugere que certas forças políticas e indivíduos que orbitavam o governo pressionavam pela criação desse banco de auxílio. Caso essa pressão fosse confirmada, a qual classe social pertenciam as pessoas interessadas em ver esse projeto aprovado?**
    - **R:** Essas pessoas pertenciam à classe das oligarquias agrárias (os fazendeiros e cafeicultores ex-senhores de escravizados) que, inconformadas com a perda de capital decorrente da Lei Áurea, utilizavam sua influência política para tentar extrair recursos do Estado e manter seu poder econômico.
3. **Retire do documento duas palavras (substantivos) que, segundo o texto do autor, resumem ou representam o verdadeiro ideal de uma República.**
    - **R:** As duas palavras são: Justiça e Equidade.

4. **Para você, os valores de "justiça" e "equidade" mencionados no documento tinham o mesmo significado para Anfriso Fialho (que defendia a indenização) e para Rui Barbosa (que era contrário a ela)? Justifique sua resposta fazendo um paralelo entre as duas visões.**
    - **R:** Trata-se de uma questão de reflexão crítica e conceitual (subjetiva). Espera-se que o estudante perceba que, embora ambos utilizassem os mesmos termos, eles possuíam visões de mundo e de República totalmente opostas:

      - Para Rui Barbosa: A verdadeira "justiça" republicana significava romper com o passado escravocrata, garantindo a igualdade civil e a liberdade plena para a população negra que fora explorada por séculos. Para ele, indenizar o opressor seria uma profunda injustiça moral.

      - Para Anfriso Fialho (e a classe senhorial): A "justiça" e a "equidade" significavam o dever de o governo reparar os danos econômicos sofridos pelas elites agrícolas com a perda de suas "propriedades". Sob a ótica dele, os fazendeiros eram as vítimas financeiras do processo e o Estado precisava ser equitativo ao ampará-los para evitar a sua ruína.